

Ibaneis e general dão versões conflitantes para retirada de golpistas

Governador diz à PF que Exército impediu desmobilização no QG; militar afirma que operação vetada previa apenas saída de ambulantes

EDUARDO GONÇALVES
eduardo.goncalves@brasil.globo.com.br

Alvo de investigações sobre o 8 de janeiro, autoridades do Distrito Federal e do Exército apresentaram versões conflitantes sobre a desmobilização de acampamento que reuniu golpistas em Brasília.

Em depoimentos à Polícia Federal, o governador Ibaneis Rocha (DF) e integrantes da Secretaria de Segurança dizem que o esvaziamento das cercanias do Quartel-geral foi “frustrada” por militares. Já o então chefe do Comando Militar do Planalto, general Gustavo Dutra, alegou que apenas suspendeu uma operação distrital de repressão ao comércio ilegal.

Por meses, em frente à sede do Exército, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro fizeram uma vigília. Lá, pediram uma intervenção militar e a anulação das eleições — em meio às barracas, circulavam ambulantes. Do mesmo local, saíram golpistas para os ataques às sedes dos três Poderes.

Em depoimentos à PF, Ibaneis e os coronéis da PM Jorge Naime e Fábio Augusto, então comandante da corporação, relataram que foram impedidos de esvaziar totalmente o local no 29 de dezembro de 2022 — três dias antes da posse presidencial.

A informação foi rebatida por Dutra, em oitiva ocorrida na quarta-feira. Segundo pessoas que acompanharam o depoimento, o general afirmou que a operação citada pelo governador e os oficiais visava apenas a retirada dos vendedores ambulantes do Setor Militar Urbano (SMU).

O militar entregou aos investigadores o Protocolo de Ações Integradas 215/2022, assinado pela Secretaria de Segurança Pública do DF. O documento fala em “ações de enfrentamento ao comércio irregular na Aveni-

da do Exército e Adjacências da Praça dos Cristais” — o local é o mesmo onde foi erigido o acampamento.

À PF, Ibaneis afirmou que foi definida a data de 29 de dezembro para o “procedimento de remoção”. “Mas este foi sustado logo no início por ordem do comando do Exército”, diz transcrição do depoimento do governador. Não há menção à informação de a ação tratar-se da retirada de camelôs.

O depoimento mais incisivo contra os militares foi de Naime, ex-chefe do Departamento Operacional da Polícia Militar (DOP). Ele contou que teve uma reunião com autoridades da secretaria e o general Gustavo Dutra para “efetuar a retirada das pessoas do acampamento”, o que ocorreria antes da posse.

“Posteriormente,

Depoimento.
Ibaneis disse à PF que Exército barrou iniciativa



Operação. Militares atuam para desfazer acampamento no dia seguinte aos atos: PF apura contradições em falas

chegou a informação que o general Dutra, por ordem do comandante do Exército, havia suspenso a operação”, disse o policial militar, na oitiva. Segundo Naime, ocorreram ainda “outras reuniões com esse objetivo, mas o Exército frustrou todos os planejamentos e tentativas”.

Já Fábio Augusto declarou que a corporação chegou a mobilizar cerca de 500 policiais militares, “mas o Exército entendeu que era melhor fazer essa desmobilização utilizando seus próprios meios”.

À PF, o general Dutra argumentou que suspendeu a operação de retirada dos ambulantes porque o episódio poderia provocar um tumulto às vésperas da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando a tropa já es-

tava sendo mobilizado para o evento de 1º de janeiro.

No depoimento, o militar também relatou que, desde o início do acampamento, o Exército colocou em prática a operação de “sufoco logístico”. As ações, segundo ele, envolviam o veto à entrada de food trucks e uso de “gatos” de energia e água. Também fez questão de frisar que, pouco antes dos ataques, havia apenas 150 pessoas no acampamento. Mas o cenário mudou com a chegada de caravanas no dia 7.

DESEMBARQUE NO QG

Apesar da restrição de acesso ao Setor Militar Urbano, a Secretaria de Segurança Pública do DF — já sob a gestão de Anderson Torres — elaborou um plano no dia 6 de janeiro que previa que os

ônibus se dirigissem à área militar para o desembarque de passageiros.

Em seu depoimento, Torres fez questão de relatar que uma das primeiras ações tomadas por ele como secretário de Segurança Pública do DF foi convocar uma reunião com o então comandante militar do Planalto para discutir a “retirada total do acampamento”. O encontro ocorreu em 6 de janeiro — dois dias antes dos ataques.

Aos investigadores, o general contou que a reunião tratou da primeira etapa do plano: retirar no dia 9 de janeiro as pessoas em situação de rua que estavam no acampamento. No mesmo dia 6, Torres avisou ao general que iria embarcar para uma viagem de férias aos Estados Unidos.

O BRASIL NÃO PODE ERRAR NA REFORMA TRIBUTÁRIA

A Reforma Tributária é fundamental para viabilizar um crescimento econômico mais sólido, a partir de um melhor ambiente de negócios e maior segurança jurídica, capaz de gerar mais emprego e renda para os brasileiros.

Na qualidade de Confederações de setores produtivos que empregam 41,7 milhões de trabalhadores e representam quase 60% da economia nacional, compete-nos alertar que as propostas em discussão no Congresso Nacional (PEC 45/2019 e PEC 110/2019) necessitam de ajustes para evitar impactos perversos e riscos à sociedade brasileira.

Não faz sentido reduzir a carga sobre bens nacionais e importados para aumentar sobre os alimentos e serviços, que geram tanta riqueza e empregos em todo o país.

Diante disso, é preciso adotar diferentes alíquotas nos novos tributos que se aproximem das realidades atuais de carga incidentes sobre os respectivos setores, bem como considerar as particularidades dos seus diferentes sistemas de produção. Isso sim garantiria um crescimento econômico sustentável e distribuído.

Se prevalecer a ideia de alíquota única para bens e serviços, haverá um pesado aumento de impostos sobre setores

estratégicos no Brasil. A reforma acarretará elevação geral nos preços dos alimentos (mais 22% sobre a cesta básica), dos transportes, da habitação, da mensalidade escolar, da saúde (mais 38% sobre medicamentos e 22% sobre planos de saúde), do advogado, do turismo, da ginástica, do lazer, da segurança e de diversos outros serviços.

Considerando que a população nacional está concentrada nas classes C, D e E, se a carga tributária de impostos sobre o consumo subir para 25% ou mais, os brasileiros teriam menos acesso aos serviços e alimentos. Haveria um forte aumento da informalidade. A Reforma Tributária destruiria parte importante do setor produtivo existente.

O emprego sofreria fortes reflexos negativos. Setores de serviços são os mais intensivos em mão de obra e estão espalhados por cada cidade do Brasil, além de ter maior participação feminina e empregar mais a população de baixa renda.

Os setores econômicos signatários deste manifesto têm plena convicção de que o Brasil não pode errar na Reforma Tributária e, por isso, defendem que as propostas não podem onerar e prejudicar os diferentes setores econômicos e a população brasileira. É possível e necessário buscar consensos para avanços verdadeiros.

